



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD

Contratação de solução de impressão para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem como finalidade formalizar o início do processo de planejamento da contratação emergencial para provimento da Solução de Impressão Multifuncional Colorida a Laser e Solução de Impressão P&B a Laser para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, vincular as necessidades da contratação desejada aos objetivos estratégicos e às necessidades corporativas da instituição, garantindo a manutenção a continuidade dos serviços atualmente contratados por meio do CT nº 21/2018, além do alinhamento ao Plano Estratégico, indicar a fonte de recursos para a contratação e indicar os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade/Setor/Departamento: Coordenadoria de Apoio Operacional da Assessoria de Comunicação

Data: 01/04/2022

Nome do/da Projeto/Aquisição: Contratação de Solução de Impressão Multifuncional Colorida a Laser e Solução de Impressão P&B a Laser para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Responsável pela Demanda: Rômulo Pereira Cidrão de Oliveira

Matrícula: 9227

E-mail do Responsável: romulo.oliveira@tjce.jus.br

Telefone: 3108-1550

Fonte de Recursos: FERMOJU

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Requisitante			
Nome	José Ilo Santiago Júnior	Matrícula	42001
E-mail	ilo.santiago@tjce.jus.br	Telefone	(85) 3492-8334
Integrante Administrativo			
Nome	Rômulo Pereira Cidrão de Oliveira	Matrícula	9227
E-mail	romulo.oliveira@tjce.jus.br	Telefone	(85) 3108-1550

4. DESDOBRAMENTO ESTRATÉGICO

- Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
- Fortalecer a governança e comunicação institucional.

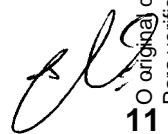
5. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

O TJCE, no exercício de 2018 promoveu a *“contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de impressoras incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como insumos e treinamento”* através da celebração do **CT N° 21/2018**. Entretanto, dado ao íterim de sua execução, aproxima-se o término da validade/eficácia do mesmo, no dia 28/04/2022. Logo, em observância à redação contida no inciso II art. 57 da Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993, que se refere ao prazo de duração dos contratos administrativos, bem como o teor do parecer jurídico contido nos autos do Processo n° 8502662-61.2021.8.06.0000, que tratou da análise da minuta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato CT N° 21/2018,

[...]Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

“IV – ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato”[...]

depreende-se a impossibilidade de diferimento do CT N° 21/2018, uma vez que no mês de abril do corrente ano o mesmo atingirá o limite de 48 (quarenta e oito) meses da vigência de sua execução, ensejando, portanto, o presente planejamento para a manutenção dos recursos providos com



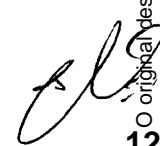
a solução.

Para tanto, com vistas a subsidiar as ações necessárias para realização de uma nova licitação, a Assessoria de Comunicação Social, por meio de sua Coordenadoria de Apoio Operacional, procedeu com a apresentação do pleito referente à necessidade de nova contratação, ainda no ano de 2021, por meio do processo administrativo nº 8521787-15.2021.8.06.000, com vistas a adoção dos trâmites necessários para realização de procedimento licitatório que tenha por objetivo a obtenção de soluções de impressão multifuncionais que garantam a continuidade das atividades desenvolvidas no ambiente gráfico da Coordenadoria.

Entretanto, levando-se em consideração as necessidades temporais pertinentes à realização dos trabalhos referentes ao planejamento da nova contratação, identificação da melhor solução que se adequaria às necessidades atuais e a devida mensuração técnica e econômica das alternativas, além do tempo necessário para realização da pesquisa de mercado e obtenção dos preços enviados pelos fornecedores interessados, decorreu-se tempo superior ao estimado, ainda que os trabalhos tenham sido iniciados no exercício anterior, motivo pelo qual se tornou explícita a ausência temporal suficiente para que o procedimento licitatório seja concluído antes do encerramento da vigência do contrato atual (CT nº 21/2018), mantido pelo TJCE para execução dos serviços gráficos.

Frente os motivos descritos, a fim de causar o menor impacto possível à administração pública, procedeu-se com comunicação formal, junto à atual contratada, no dia 24 de março do corrente ano, informando sobre a impossibilidade de renovação do instrumento vigente, por mais 12 (doze) meses e com a finalidade de identificar se a referida possuía interesse em prorrogar excepcionalmente o contrato vigente, com vistas a suportar a continuidade do serviço até a assinatura de novo contrato decorrente do processo licitatório em curso. Há de se ressaltar que, em 31 de março do corrente ano, o fornecedor se manifestou de forma contrária ao aditivo nos termos vigentes, conforme documentação acostada aos autos, justificando variação de preço, onde apresentou condicionante à realização do aditivo a hipótese de que este Tribunal aceitasse proposta de renovação com valor superior ao estabelecido atualmente. Com vistas a identificar se os preços condizem com os praticados, foi realizada pesquisa de mercado, onde se identificou que a solicitação apresentada pela contratada do CT nº 21/2018 demonstrava manifestadamente valores superiores aos preços praticados no mercado.

Portanto, levando-se em consideração a imprescindibilidade de manutenção da continuidade dos serviços, pelos motivos a serem expostos no decorrer deste documento, motivou-se a necessidade de contratação de maneira emergencial, junto à empresa distinta da contratada atualmente, tendo em vista a negativa supracitada e a apresentação de proposta superior ao praticado no mercado. Ressalta-se, ainda, que conforme se verifica a existência de panorama emergencial, apresenta-se a necessidade



de contratação direta da Solução de Impressão Multifuncional Colorida a Laser e Solução de Impressão P&B a Laser, pelo período de 90 (noventa) dias, sendo encerrado o contrato em tempo anterior, mediante término da licitação derivada do processo licitatório supracitado.

Destarte os fatos apresentados, acerca da vigência do ato administrativo acima descrito, bem como a situação emergencial pela necessidade de imprescindibilidade de manutenção da atividade gráfica enquanto se encerram os trabalhos pertinentes ao processo licitatório em curso, torna-se salutar ressaltar que a solução em questão ou similar, tem por finalidade permitir que a Coordenadoria de Apoio Operacional realize, dentre outros, os seguintes serviços:

- Atendimento gráfico e editorial a diversos setores do Poder Judiciário Cearense, contemplando Tribunal de Justiça, Corregedoria, Fórum Clóvis Beviláqua, Juizados, Fórum das Turmas Recursais, Comarcas do Interior, ESMEC e Creche. Estas unidades administrativas e judiciárias são atendidas em todas as suas demandas gráficas, desde a confecção de Livros, Revistas, Crachás, Apostilas, Cartazes, Folders, Banners, Agendas, Clipping, Jornal Judiciário Notícias, Relatórios diversos, Cartões de Visita, Envelopes, Calendários, Pastas, Capas para Cd's, Convites, Placas de Sinalização, bem como qualquer material gráfico solicitado;

- Confecção de documentos de identificação funcional, solicitados pela Secretaria de Gestão de Pessoas (crachás e identidades funcionais);

- Apoio à realização de eventos em que o Tribunal de Justiça participe ou realize, proporcionando o material de divulgação necessário;

- Destaca-se ainda a produção de importantes obras literárias como a Revista Themis, publicada anualmente pela ESMEC, o livro fac-similar ao Projeto do Código Civil Brasileiro, redigido por Clóvis Beviláqua, produzido pela Coordenadoria de Apoio Operacional, desde a digitalização, editoração, impressão e acabamento do material, o qual foi distribuído a todos os presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, durante o 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, além do livro “Magistradas do Judiciário Cearense”, obra produzida em alusão ao Dia Internacional da Mulher, contemplando a apresentação do perfil de todas as Desembargadoras e Juízas que se encontram em atividade no judiciário estadual, assim como outras importantes obras já lançadas;

Vale ressaltar que a referida unidade é responsável pela digitalização/cópia de diversos tipos de documentos enviados pelos Gabinetes e demais Secretarias, por vezes, obras raras ou publicações antigas do DJCE, atividades essas realizadas através de equipamentos especializados e disponibilizados pela solução.



ENCAMINHAMENTO

Em conformidade com o **art. 12º, § 7º da Resolução N° 182, de 17 de outubro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça**, encaminha-se a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para:

1. Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;
2. Indicar o Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação;
3. Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação conforme exposto no art. 2º, inciso XIII da Resolução N° 182 do CNJ.



José Ilo Santiago Júnior – 42001
Área Requisitante da Solução

Fortaleza, 04 de abril de 2022

APROVAÇÃO

- I. Aprovo o prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da Área Requisitante;
- II. Designo como Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da Contratação o(a) servidor(a) indicado(a) no item 3 deste Documento para esta função;
- III. Instituo como Equipe de Planejamento desta contratação a indicada no item 3 deste Documento.

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira – 4942
Autoridade Superior Competente

Fortaleza, 05 de abril de 2022

CIÊNCIA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE DEMANDANTE/REQUISITANTE definidas no art. 3º da Resolução nº 182/2013, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.



José Ito Santiago Júnior – 42001
Integrante Requisitante

Fortaleza, 05 de abril de 2022

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas no art. 5º da Resolução nº 182/2013, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

Rômulo Pereira Cidrão de Oliveira - 9227
Integrante Administrativo

Fortaleza, 05 de abril de 2022